



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SEXTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2013

MIGRAÇÃO

Estado diz que Aracaju não tem morador de rua

Segundo uma Busca Ativa entregue ontem, dia 29, ao Ministério Público durante audiência na Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Idosos e das Pessoas com Deficiência, o Estado de Sergipe não tem moradores de rua. A informação é do representante da Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania do Estado de Sergipe (Sedhuc), Fernando Kassedran. Segundo ele, o trabalho foi realizado com instituições não-governamentais que trabalham com a população em situação de rua.

“Podemos dizer que na capital e em todo o Estado não tem moradores de rua e, sim, moradores em situação de rua que são aqueles que durante o dia ficam nas ruas e a noite se recolhem em albergues ou casas de parentes”, diferenciou Fernando, acrescentando que até o momento somente duas denúncias de maus-tratos contra as pessoas desta população foram registradas pelo órgão este ano.

Ele destacou que para atender a esse público, Aracaju conta com quatro instituições. Com relação ao quantitativo de mendigos, Fernando afirmou que uma triagem está sendo elaborada, apesar das dificuldades. “Não temos o número porque está sendo em nível de Estado e temos problemas porque a maioria são migrantes, ou seja, vem de outros Estados e esses não ficam em locais permanentes”, colocou.

A promotora de Justiça, Berenice Andrade de Melo explicou que o encontro foi solicitado pelo Ministério Público devido às frequentes notícias de casos de maus-tratos à população de rua e ausência de políticas públicas voltada para esse segmento.

“O MP solicitou essa reunião para verificar a política que estava sendo implantada e de que forma poderíamos implementá-la. Não existiam ações voltadas para isso e a partir dessas reuniões é que estamos formatando. Primeiro foram detectados os entes públicos que podem apoiar e trabalhar junto a esta população, e também, as entidades privadas que já têm algum trabalho. Estamos elaborando e formalmente criando as comissões e, a partir do Workshop, desenvolveremos soluções para as necessidades da população”, frisou a promotora de Justiça.